Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.658	38.968
Contas a receber de clientes e outros	6	934.032	968.257
Títulos e valores mobiliários	5	160.025	277.691
Impostos e contribuições a recuperar	7	133.761	68.765
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	8	-	74.218
Serviços em curso		22.395	10.346
Instrumentos financeiros derivativos	12	18.425	47.814
Outros ativos circulantes		42.143	38.556
Total do circulante		1.334.439	1.524.615
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	6	75.901	76.436
Títulos e valores mobiliários	5	16.028	1.908
Impostos e contribuições a recuperar	7	98.327	30.541
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	8	-	32.649
Impostos e contribuições diferidos	9	267.829	265.147
Depósitos judiciais	16	74.117	65.254
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	1.411	910
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	10.1	1.081.698	725.673
Instrumentos financeiros derivativos	12	44.099	138.955
Outros ativos não circulantes		3.632	3.635
Intangível	10.2	2.527.662	2.246.317
Total do não circulante		4.190.704	3.587.425
Ativo total		5.525.143	5.112.040

Balanço patrimonial 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Passivo e patrimônio líquido		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	11	531.559	659.910
Empréstimos e financiamentos	12.1	699.917	376.387
Debêntures	12.2	69.751	150.122
Salários e encargos a pagar	13	41.817	43.706
Taxas regulamentares	14	48.979	73.236
Impostos e contribuições a recolher	15	215.208	188.123
Dividendos e juros sobre capital próprio	18	105	1.297
Provisões	16	47.008	71.523
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	17.523	16.281
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	8	36.510	-
Instrumentos financeiros derivativos	12	60.974	9.998
Outros passivos circulantes	17	149.787	154.841
Total do circulante		1.919.138	1.745.424
Não circulante			
Fornecedores	11	179.123	35.344
Empréstimos e financiamentos	12.1	1.148.114	1.328.968
Debêntures	12.2	306.355	71.959
Taxas regulamentares	14	29.109	25.356
Provisões	16	71.810	43.908
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	25	225.588	192.310
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	8	41.781	-
Outros passivos não circulantes	17	29.793	12.801
Total do não circulante		2.031.673	1.710.646
Patrimônio líquido	18		
Capital social		590.174	590.174
Reservas de capital		558.080	558.080
Reservas de lucros		374.667	375.008
Outros resultados abrangentes		28.097	60.679
Proposta de distribuição de dividendos adicional		23.314	72.029
Total do patrimônio líquido		1.574.332	1.655.970
Passivo e patrimônio líquido total		5.525.143	5.112.040

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita líquida	19	4.726.776	4.509.558
Custo do serviço		(4.042.095)	(3.824.654)
Custos de energia elétrica	20.1	(2.620.006)	(2.838.064)
Custos de operação	20.2	(658.176)	(521.995)
Custos de construção		(763.913)	(464.595)
Lucro bruto		684.681	684.904
Despesa com vendas	20.2	(233.770)	(215.201)
Despesas gerais e administrativas	20.2	(201.859)	(254.001)
Lucro operacional		249.052	215.702
Resultado financeiro		(235.566)	(173.515)
Receitas financeiras	21	643.577	632.013
Despesas financeiras	21	(879.143)	(805.528)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		13.486	42.187
Imposto de renda e contribuição social		(13.819)	(23.091)
Diferido	9	1.008	(6.821)
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	9	(14.827)	(16.270)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(333)	19.096
Lucro básico e diluído por ação do capital:			
Ordinária		(0,0045)	0,2557
Preferencial A		(0,0045)	0,2557
Preferencial B		(0,0049)	0,2813

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(333)	19.096
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e perdas atuariais	(49.366)	50.046
Tributos diferidos sobre ajustes atuariais	16.784	(17.015)
	(32.582)	33.031
Resultado abrangente do exercício	(32.915)	52.127

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

		Reserva	s de capital			Reservas de	lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do Patrimônio Líquido
(reapresentado)	590.174	30.077	454.999	73.004	287.956	118.035	14.214	620	27.648	-	31.563	1.628.290
Aprovação da proposta de dividendos adicionais (Nota 18)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.249)	(8.249)
Reversão de dividendos/JSCP Prescritos (nota 18)	-	-	-	-	-	-	-	41	-	-	-	41
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	33.031	-	-	33.031
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.096	-	19.096
Destinações do lucro:												
Juros sobre capital próprio (nota 18)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.239)	-	(1.239)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.715)	48.715	-
Absorção de reserva de lucros	-	-	-	-	-	(30.983)	(14.214)	(661)	-	45.858	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	590.174	30.077	454.999	73.004	287.956	87.052	-	-	60.679	-	72.029	1.655.970
Aprovação da proposta de dividendos adicionais (Nota 18)	-	-	_	_	_	-	-	-	-		(48.715)	(48.715)
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.582)	-	-	(32.582)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(333)	-	(333)
Destinações: Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	_	_	-	-	_	-	-	(8)	-	(8)
Absorção de reserva de lucros	-			-	-	(341)				341		
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	590.174	30.077	454.999	73.004	287.956	86.711	-	-	28.097	-	23.314	1.574.332

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

		2016	2015
	•	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		13.486	42.187
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(*)	405 404	474.000
Amortização Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(*)	185.184 87.984	171.866 24.248
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas e despesas financeiras		259.510	178.562
Valor justo do ativo financeiro da concessão		(39.794)	(57.670)
Valor residual do ativo intangível baixado		25.855	5.371
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas		41.803	55.771
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		10.250	(25.400)
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego		24.730	31.465
	•	609.008	426.400
(Aumento) redução dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes e outros		24.510	(162.377)
IR e CSLL a recuperar		4.303	(8.404)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL		(136.943)	20.391
Estoques		1.083	(1.306)
Depósitos judiciais		(7.245)	(8.260)
Despesas pagas antecipadamente		(970)	(2.821)
Benefício pós-emprego e outros benefícios		(501)	(95)
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros		(04.000)	118.109
Outros ativos		(21.606)	21.287
Aumento (redução) dos passivos operacionais	•	(137.369)	(23.476)
Fornecedores		15.428	216.551
Salários e encargos a pagar		(1.889)	11.344
Encargos de dívidas pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(147.099)	(149.614)
Taxas regulamentares		(23.931)	54.603
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos		-	(13.239)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL		27.085	20.887
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros		97.174	-
Indenizações e contingências pagas		(65.268)	(52.041)
Benefício pós-emprego e outros benefícios		(39.576)	(36.744)
Outros passivos		11.938	22.181
		(126.138)	73.928
Caixa oriundo das atividades operacionais		345.501	476.852
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(700.040)	(540,000)
Aquisição de intangível Resgate/(aplicação) em títulos e valores mobiliários		(796.212) 110.980	(516.082) (222.968)
Outros		110.900	(222.908)
Utilização de caixa em atividades de investimento	•	(685.232)	(738.602)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(000.202)	(1001002)
Captação de empréstimos e financiamentos		420.742	678.060
Captação de debêntures		356.890	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(213.142)	(198.192)
Amortização do principal de debêntures		(216.000)	(144.000)
Pagamentos de custos de captação		(4.852)	(1.797)
Obrigações vinculadas		30.698	45.227
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(49.915)	(99.060)
Geração de caixa em atividades de financiamento		324.421	280.238
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa		(15.310)	18.488
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		38.968	20.480
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		23.658	38.968
Variação líquida de caixa		(15.310)	18.488

^(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	-	2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receitas		7 000 005	0.005.004
Vendas brutas de energia, serviços e outros		7.208.925	6.885.894
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(132.364) 7.076.561	(93.081) 6.792.813
Insumos adquiridos de terceiros		7.076.361	0.792.813
Energia elétrica comprada para revenda	(*)	(2.666.200)	(2.848.600)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*)	(236.173)	(2.646.660)
Matérias-primas consumidas	(*)	(5.392)	(6.380)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*)	(1.295.533)	(951.663)
Materials, serviçõe de tersemos e outros	() _	(4.203.298)	(4.094.427)
Valor adicionado bruto		2.873.263	2.698.386
Amortização	(*)	(185.184)	(171.866)
Valor adicionado líquido	() _	2.688.079	2.526.520
Valor adicionado recebido em transferência		2.000.073	2.320.320
Receitas financeiras	(*)	649.716	635.183
Valor adicionado total a distribuir	() _	3.337.795	3.161.703
valor adicionado total a distribuir	=	3.337.795	3.101.703
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remunerações		118.981	104.909
Encargos sociais (exceto INSS)		26.044	24.167
Benefício pós-emprego		(15.334)	(13.432)
Auxílio alimentação		14.683	12.442
Previdência privada e outros benefícios		29.594	27.037
Despesas com desligamento		5.714	15.302
Férias e 13º salário		24.573	20.987
Plano de saúde		15.880	12.981
Indenizações trabalhistas		2.269	1.779
Participação no resultado		16.025	17.464
Administradores		5.256	5.236
Encerramento de ordem em curso		1.061	1.669
(-) Transferência para ordens	-	(30.104)	(30.357)
Subtotal		214.642	200.184
Impostos, taxas e contribuições		00.700	05.070
INSS (sobre folha de pagamento)		28.722	25.270
ICMS		1.379.700	1.314.074
PIS/COFINS sobre faturamento		328.474	331.569
Imposto de renda e contribuição social		13.819	23.091
Obrigações intra-setoriais		485.645	435.675
Outros	-	4.659	4.346
Subtotal Remuneração de capitais de terceiros		2.241.019	2.134.025
Juros e variações cambiais		879.143	805.528
Aluguéis	(*)	3.324	2.870
Subtotal	() _	882.467	808.398
Acionistas		002.407	000.330
Juros sobre capital próprio		=	15.000
Dividendos distribuídos		8	1.239
Dividendos adicionais propostos		-	48.715
Absorção de reserva de lucros		(341)	(45.858)
Prejuízo		(341)	(40.000)
Subtotal	-	(333)	19.096
Valor adicionado distribuído	-		
valui aulcionado distribuido	=	3.337.795	3.161.703

^(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, com sede na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife – Pernambuco, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela Neoenergia S/A ("NEOENERGIA"), é concessionária de serviço público de energia elétrica. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão n° 26 com vencimento em 2030. A Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2019.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 25 de julho de 2017, as quais estão expressas em milhares de reais.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" — Internacional Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board — IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras e afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

2.2 - Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados, (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, (iii) a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, (iv) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, (v) o cálculo dos ativos e passivos atuariais dos planos de benefícios pós-emprego, (vi) os valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.3 – Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.4 – Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: após mensuração inicial, esses ativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados a valor justo por meio do resultado.

Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são itens objeto de *hedge*, classificado como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de *hedge*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

2.5 - Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.6 – Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

2.7 - Reapresentação

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo reapresentadas, de forma espontânea, no âmbito dos trabalhos preparatórios realizados com vistas a uma potencial oferta pública inicial de distribuição de ações de emissão da sua acionista Controladora Neoenergia S.A., conforme Fato Relevante por ela divulgado em 18 de julho de 2017, objetivando uma melhor apresentação da posição patrimonial e do desempenho operacional e econômico da Companhia, e em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2016 e 2015 e às demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados dos exercícios findos naquelas datas, cujas demonstrações financeiras foram originalmente arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 22 de fevereiro de 2017 e 22 de fevereiro de 2016, respectivamente, estão sendo reapresentadas, de forma a demonstrar os ajustes e reclassificações decorrentes dos seguintes assuntos:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

2.7.1 Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

		2015					
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado			
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	(m)	316.553	(277.585)	38.968			
Contas a receber de clientes e outros	(a)	1.003.113	(34.856)	968.257			
Títulos e valores mobiliários	(m)	106	277.585	277.691			
Instrumentos financeiros derivativos	(b)	-	47.814	47.814			
Impostos e contribuições a recuperar	(c)	68.954	(189)	68.765			
Outros ativos circulantes		123.120	-	123.120			
Total do circulante		1.511.846	12.769	1.524.615			
Não circulante							
Instrumentos financeiros derivativos	(b)	-	138.955	138.955			
Impostos e contribuições diferidos	(c)	262.873	2.274	265.147			
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(d)	718.427	7.246	725.673			
Outros ativos não circulantes	(4)	211.333		211.333			
Intangível	(e)	2.240.672	5.645	2.246.317			
Total do não circulante	(0)	3.433.305	154.120	3.587.425			
Total do ativo		4.945.151	166.889	5.112.040			
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		659.847	63	659.910			
Empréstimos e financiamentos	(b)	338.571	37.816	376.387			
Instrumentos financeiros derivativos	(b)	70.640	9.998	9.998			
Taxas regulamentares Impostos e contribuições a recolher	(f) (c)	73.642 185.361	(406) 2.762	73.236 188.123			
Dividendos e juros sobre capital próprio	(0)	1.360	(63)	1.297			
Outros passivos circulantes		436.473	-	436.473			
Total do circulante		1.695.254	50.170	1.745.424			
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	(b)	1.190.013	138.955	1.328.968			
Taxas regulamentares	(f)	26.306	(950)	25.356			
Provisões Outros passivos não circulantes	(g)	36.171 312.414	7.737	43.908 312.414			
Total do não circulante		1.564.904	145.742	1.710.646			
Patrimônio líquido							
		1.684.993	(29.023)	1.655.970			

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

			2016	
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	(m)	181.901	(158.243)	23.658
Títulos e valores mobiliários	(m)	1.782	158.243	160.025
Impostos e contribuições a recuperar	(c)	126.355	7.406	133.761
Outros ativos circulantes		1.016.995	-	1.016.995
Total do circulante		1.327.033	7.406	1.334.439
Não circulante				
Impostos e contribuições diferidos	(c)	265.365	2.464	267.829
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(d)	1.084.053	(2.355)	1.081.698
Outros ativos não circulantes		313.515	-	313.515
Intangível	(e)/(k)	2.547.474	(19.812)	2.527.662
Total do não circulante		4.210.407	(19.703)	4.190.704
Total do ativo		5.537.440	(12.297)	5.525.143
Passivo				
Circulante				
Taxas regulamentares	(f)	49.258	(279)	48.979
Impostos e contribuições a recolher	(c)	205.034	10.174	215.208
Outros passivos circulantes	_	1.654.951		1.654.951
Total do circulante	-	1.909.243	9.895	1.919.138
Não circulante				
Taxas regulamentares	(f)	29.771	(662)	29.109
Provisões	(g)	63.951	7.859	71.810
Outros passivos não circulantes		1.930.754	-	1.930.754
Total do não circulante	-	2.024.476	7.197	2.031.673
Patrimônio líquido		1.603.721	(29.389)	1.574.332
Total do passivo e patrimônio líquido	-	5.537.440	(12.297)	5.525.143

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

2.7.2 Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

			2015	
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita Líquida	(a)/(c)/(d) (f)/(h)	4.617.613	(108.055)	4.509.558
Custos dos serviços	(h)/(i)	(3.864.768)	40.114	(3.824.654)
Lucro Bruto		752.845	(67.941)	684.904
Despesas com vendas	(h)	(214.441)	(760)	(215.201)
Despesas gerais e administrativas	(g)	(246.096)	(7.905)	(254.001)
Lucro operacional		292.308	(76.606)	215.702
Receitas financeiras		632.013	-	632.013
Despesas financeiras	(h)/(l)	(812.475)	6.947	(805.528)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		111.846	(69.659)	42.187
Imposto de renda e contribuição social	(c)	(40.749)	17.658	(23.091)
Lucro líquido do exercício		71.097	(52.001)	19.096
			2016	
		Originalmente	Ajustes	
		apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita Líquida	(c)/(d)(l)/(f)	4.694.830	31.946	4.726.776
Receita Líquida Custos dos serviços	(c)/(d)(l)/(f) (k)/(l)			
·	,,,,,,,	4.694.830	31.946	4.726.776
Custos dos serviços	,,,,,,,	4.694.830 (4.014.984)	31.946 (27.111)	4.726.776 (4.042.095)
Custos dos serviços Lucro Bruto Despesas com vendas	(k)/(l)	4.694.830 (4.014.984) 679.846 (233.770)	31.946 (27.111) 4.835	4.726.776 (4.042.095) 684.681 (233.770)
Custos dos serviços Lucro Bruto Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas	(k)/(l)	4.694.830 (4.014.984) 679.846 (233.770) (201.653)	31.946 (27.111) 4.835	4.726.776 (4.042.095) 684.681 (233.770) (201.859)
Custos dos serviços Lucro Bruto Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Lucro operacional	(k)/(l)	4.694.830 (4.014.984) 679.846 (233.770) (201.653) 244.423	31.946 (27.111) 4.835 (206) 4.629	4.726.776 (4.042.095) 684.681 (233.770) (201.859) 249.052
Custos dos serviços Lucro Bruto Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Lucro operacional Receitas financeiras	(k)/(l) (g)	4.694.830 (4.014.984) 679.846 (233.770) (201.653) 244.423 648.074	31.946 (27.111) 4.835 (206) 4.629 (4.497)	4.726.776 (4.042.095) 684.681 (233.770) (201.859) 249.052 643.577
Custos dos serviços Lucro Bruto Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Lucro operacional Receitas financeiras Despesas financeiras Lucro antes do imposto de renda e	(k)/(l) (g)	4.694.830 (4.014.984) 679.846 (233.770) (201.653) 244.423 648.074 (878.456)	31.946 (27.111) 4.835 (206) 4.629 (4.497) (687)	4.726.776 (4.042.095) 684.681 (233.770) (201.859) 249.052 643.577 (879.143)
Custos dos serviços Lucro Bruto Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Lucro operacional Receitas financeiras Despesas financeiras Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(k)/(l) (g) (l) (h)	4.694.830 (4.014.984) 679.846 (233.770) (201.653) 244.423 648.074 (878.456)	31.946 (27.111) 4.835 (206) 4.629 (4.497) (687)	4.726.776 (4.042.095) 684.681 (233.770) (201.859) 249.052 643.577 (879.143)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

2.7.3 Demonstração do resultado abrangente referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015

			2015	
	-	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício		71.097	(52.001)	19.096
Outros resultados abrangentes				
Ganhos e perdas atuariais líquidos	(j)	75.662	(25.616)	50.046
Tributos diferidos sobre ajustes atuariais	(c)	(25.725)	8.710	(17.015)
	_	49.937	(16.906)	33.031
Resultado abrangente do exercício	_	121.034	(68.907)	52.127

Exceto pela alteração do lucro líquido do exercício, a demonstração do resultado abrangente do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 originalmente apresentada não sofreu alteração em função dos ajustes realizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

2.7.4 Demonstração das mutações dos resultados dos exercícios em 31 de dezembro de 2016 e 2015

			as de capita	ıl			Reservas	de lucros					
	Capital social	Remuneração de bens e diiretitos constituidos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de Incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) Acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (originalmente apresentado)	590.174	30.077	454.999	73.004	294.436	118.035	14.214	-	661	60.679	-	48.715	1.684.993
Efeito dos ajustes realizados no saldo de abertura Efeito dos ajustes realizados no resultado do exercício	-	-	-	-	(337)	-	-	-	-	-	(52.001)	23.314	22.977 (52.001)
Destinações do lucro:													
Efeito dos ajustes realizados no cálculo do incentivo fiscal Sudene Efeito dos ajustes realizados na destinação das	-	-	-	-	(6.143)	-	-		-	-	6.143	-	-
reservas de lucros	-	-	-	-	-	(30.983)	(14.214)	-	(661)	-	45.858	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	590.174	30.077	454.999	73.004	287.956	87.052	-	-	-	60.679		72.029	1.655.970

		Reserva	s de capital		Rese	rvas de lucros					
	Capital social	Remuneração de bens e diiretitos constituidos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de Incentivo fiscal	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) Acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (originalmente apresentado)	590.174	30.077	454.999	73.004	294.436	118.035	14.900	28.096	-	-	1.603.721
Efeito dos ajustes realizados no saldo de abertura Efeito dos ajustes realizados no resultado do	-	-	-	-	(6.480)	(30.983)	(14.875)	1	-	23.314	(29.023)
Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(366)	-	(366)
Destinações do lucro:											
Efeito dos ajustes realizados na destinação das reservas de lucros Efeito dos ajustes realizados na destinação das	-	-	-	-	-	-	(25)	-	25	-	-
reservas de lucros	-	-	-	-	-	(341)	-	-	341	-	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	590.174	30.077	454.999	73.004	287.956	86.711	-	28.097	-	23.314	1.574.332

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

2.7.5 Demonstração do fluxo de caixa referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

			2015	
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa oriundo das atividades operacionais	(l)/(m)	493.848	(16.996)	476.852
Utilização de caixa em atividades de investimento	(m)	(515.061)	(223.541)	(738.602)
Geração de caixa em atividades de financiamento	(I)	280.301	(63)	280.238
Variação líquida de caixa	(m)	259.088	(240.600)	18.488
			2016	
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa oriundo das atividades operacionais	(m)	352.884	(7.383)	345.501
Utilização de caixa em atividades de investimento	(m)	(811.957)	126.725	(685.232)
Geração de caixa em atividades de financiamento		324.421	-	324.421
Variação líquida de caixa	(m)	(134.652)	119.342	(15.310)

2.7.6 Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

			2015	
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Valor adicionado líquido	(a)/(d)/ (f)/(h)	2.603.876	(77.356)	2.526.520
Receitas financeiras	(-)-()	635.183	-	635.183
Valor adicionado total a distribuir		3.239.059	(77.356)	3.161.703
Pessoal		200.184	-	200.184
Impostos, taxas e contribuições	(c)/(f)	2.152.433	(18.408)	2.134.025
Remuneração de capitais de terceiros	(e)	815.345	(6.947)	808.398
Remuneração de capitais próprios	(i)	71.097	(52.001)	19.096
Valor adicionado distribuído		3.239.059	(77.356)	3.161.703

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

			2016	
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Valor adicionado líquido	(d)	2.683.035	5.044	2.688.079
Receitas financeiras	(I)	654.213	(4.497)	649.716
Valor adicionado total a distribuir		3.337.248	547	3.337.795
Pessoal		214.642	-	214.642
Impostos, taxas e contribuições	(c)/(f)	2.240.793	226	2.241.019
Remuneração de capitais de terceiros	(I)	881.780	687	882.467
Remuneração de capitais próprios	(i)	33	(366)	(333)
Valor adicionado distribuído		3.337.248	547	3.337.795

- (a) Reversão da receita não faturada reconhecida a maior no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 34.856.
- (b) Apresentação e melhor demonstração dos valores de Instrumentos Financeiros Derivativos (swap), segregados dos valores de empréstimos e financiamentos objetos de hedge.
- (c) Efeitos tributários decorrentes dos ajustes efetuados.
- (d) Registro do complemento (reversão) da atualização do valor justo do ativo financeiro indenizável, nos montantes de R\$ 2.355 e R\$ 7.246 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.
- (e) Complemento da capitalização de juros sobre intangível em curso (obras em andamento) do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 5.645.
- (f) Recálculo dos encargos setoriais em função da alteração da receita operacional líquida.
- (g) Complemento de provisão para contingências cíveis nos montantes de R\$ 122 R\$ 7.737 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.
- (h) Reclassificação da receita de multa por inadimplência do consumidor e da perda relativa a créditos de liquidação duvidosa sobre essa receita, da receita líquida e despesa financeira, para o custo do serviço e despesa com vendas no montante de R\$ 41.983.
- (i) Efeito total de todos os ajustes realizados no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

- (j) Efeito do ajuste do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2014 para correção de premissas utilizadas para determinação das taxas de desconto aplicadas nos cálculos das obrigações atuariais dos planos de benefício pós emprego de exercícios anteriores, no montante de R\$ 25.616.
- (k) Baixa de projetos descontinuados mas que estavam pendentes de encerramentos em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 25.457.
- (I) Outras reclassificações entre contas para fins de melhor apresentação.
- (m) Reclassificação de títulos e valores mobiliários originalmente classificados como caixa e equivalentes de caixa.

3. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

3.1 Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

A natureza e o impacto, se algum, de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações (Vigência a partir de 01/01/2016)	A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza desta taxa e o acordo em comparação à orientação sobre envolvimento contínuo na IFRS 7, a fim de avaliar se a evidenciação é exigida. A avaliação de quais contratos de serviços constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. Contudo, a evidenciação exigida não precisa ser fornecida para qualquer período iniciado antes do período anual em que a entidade aplicar pela primeira vez as alterações. Estas alterações não geraram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Iniciativa de divulgação). (Vigência a partir de 01/01/2016)	As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras. Estas alterações não geraram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Alteração IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016)	A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. As alterações são aplicadas de forma prospectiva e não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que não foi alterado o método para amortização dos ativos não circulantes.
IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016)	Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente, porém não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que esta já utilizava taxas de títulos públicos com base na moeda em que é denominada a sua obrigação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

3.2 Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras e não foram adotados antecipadamente:

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i> .
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	Substituir todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018 O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	Estabelecer os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.
IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.
IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas normas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor, se aplicável.

Outras normas emitidas não terão impacto na Companhia e em função disso, não estão destacadas acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

4. Assuntos regulatórios

Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547/2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.

Em 2015, vigorou a bandeira vermelha – patamar 1 nos meses de janeiro e fevereiro e patamar 2 a partir de março. Já em 2016, foi aplicada bandeira vermelha – patamar 2 em janeiro, vermelha – patamar 1 em fevereiro, amarela em março e novembro, verde de abril a outubro e em dezembro.

Em 2016, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 114.343 (R\$ 501.195 em 2015) de bandeira tarifária, sendo que deste montante R\$ 14.314 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT (R\$ 6.274 em 2015), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Concomitante à questão das cotas, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, e a crescente migração de consumidores potencialmente livres para o ACL, em decorrência dos baixos preços praticados no mercado livre, vem contribuindo para que as empresas apresentem um cenário de sobrecontratação de energia, que vem sendo tratado pelas distribuidoras através da ABRADEE, no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

Em 19 de abril de 2016 a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 711, revogando a Resolução Normativa nº 508/2012, e definindo mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia, por meio de acordos bilaterais, que podem vir a alterar as condições inicialmente pactuadas nos Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada – CCEARs, nas seguintes modalidades: a) redução temporária total ou parcial da energia contratada; b) redução parcial permanente da energia contratada; e c) rescisão contratual. A Companhia vem realizando acordos bilaterais nos termos desta Resolução com o propósito de diminuir eventuais impactos de sobrecontratação.

Em 21 de junho de 2016, a Resolução Normativa ANEEL nº 726, a ANEEL alterou a regulamentação vigente, permitindo a redução da energia contratada relativa ao consumo dos clientes especiais que migrarem para o mercado livre nos contratos que forem firmados após a decisão em questão. Na mesma data, a Resolução Normativa nº 727 alterou a Resolução Normativa Nº 693/2015, que estabelece os critérios para aplicação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia - MCSD proveniente de novos empreendimentos de geração, possibilitando que caso os montantes declarados pelas distribuidoras resulte em excedente de sobras será aberta aos geradores vendedores dos contratos a possibilidade de ofertar a redução dos montantes vendidos.

Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016, foi emitido o Decreto nº 8.828/16 que elimina o limite de recontratação do montante de reposição dos contratos de energia existentes que estão a expirar sem ônus e penalidades para as distribuidoras.

Outra medida que também visou atenuar eventuais sobrecontratações, permitindo que as distribuidoras declarem necessidade de compra para o Leilão A-1 mais próxima à realidade, foi a publicação do Despacho nº 2.769/2016 em outubro de 2016 pela ANEEL, determinando que a CCEE promovesse algumas mudanças nos procedimentos de realização do MCSD de Energia Existente. Uma das novidades foi a criação de mais uma modalidade de MCSD - Trocas Livres, que ocorrerá em novembro de cada ano com efeitos a partir de janeiro do ano subsequente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar sua sobrecontratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Decreto nº 8.221/14

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 22.090 por mês, que está sendo repassado à CCEE desde abril de 2015 até março de 2021, sendo atualizado periodicamente. Em 2016, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 260.243 (R\$ 187.930, em 2015).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2016

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.067 de 26 de abril de 2016, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 14,03%, dos quais 11,29% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 2,74% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 9,99%, sendo de 6,77%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 11,66%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

As novas tarifas entraram em vigor a partir de 29 de abril de 2016 com vigência até 28 de abril de 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalente de caixa	(a)		
Caixa e Depósitos bancários à vista		23.658	38.968
		23.658	38.968
Títulos e valores mobiliários - TVM	(b)		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		480	476
Fundos de investimento		175.573	279.123
Total TVM		176.053	279.599
Circulante		160.025	277.691
Não Circulante		16.028	1.908

- (a) Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- **(b)** Títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, (ii) fundos de investimentos e (iii) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação.

	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	2016	2015
				(Reapresentado)	(Reapresentado)
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	(*)	CDI	124.731	275.536
Banco Itaú	Fundo de Investimento	(*)	CDI	512	3.155
Bradesco	Fundo de Investimento	(*)	CDI	75	432
Santander	CDB	Mar-16	CDI	37	83
Santander	Fundo de Investimento	(*)	CDI	50.255	-
Banco Itaú	CDB	Jul-17	CDI	23	21
Votorantim	CDB	Dez-16	CDI	25	23
Caixa Econômica Federal	CDB	Diversos	CDI	395	349
Total				176.053	279.599
Circulante				160.025	277.691
Não circulante				16.028	1.908

^(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes e outros

	_	2016	2015
			(Reapresentado)
Consumidores	(a)	1.350.583	1.366.278
Comercialização de energia na CCEE	(b)	45.857	76.914
Disponibilização do sistema de distribuição		52.927	17.593
Serviços taxados e administrativos		22.133	29.329
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	61.473	65.191
Outros créditos	_	43.677	45.855
Terceiros		43.602	45.703
Partes relacionadas		75	152
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(566.717)	(556.467)
	_	1.009.933	1.044.693
Circulante	-	934.032	968.257
Não circulante		75.901	76.436

(a) Consumidores

		Saldos vencidos		To	tal	PCLD	
	Saldos	Até 90	Mais de 90				
	vincendos	dias	dias	2016	2015	2016	2015
					(Reapresentado)		
Setor privado							
Residencial	104.297	129.075	377.539	610.911	594.524	(377.539)	(368.442)
Industrial	63.310	10.080	47.190	120.580	121.563	(40.274)	(40.809)
Comercial	106.994	35.387	59.612	201.993	194.935	(51.415)	(39.361)
Rural	18.218	12.089	43.183	73.490	72.792	(36.417)	(32.989)
	292.819	186.631	527.524	1.006.974	983.814	(505.645)	(481.601)
Setor público							
Federal	8.712	658	721	10.091	13.364	(689)	(374)
Estadual	11.856	5.566	8.540	25.962	13.527	(789)	(457)
Municipal	65.086	4.672	9.713	79.471	82.014	(9.171)	(11.343)
	85.654	10.896	18.974	115.524	108.905	(10.649)	(12.174)
Iluminação pública	14.702	9.871	5.882	30.455	34.478	(2.307)	(5.113)
Serviço público	29.866	1.503	11.243	42.612	47.709	(7.388)	(6.036)
Fornecimento não faturado	155.018			155.018	191.372	<u> </u>	<u> </u>
Total	578.059	208.901	563.623	1.350.583	1.366.278	(525.989)	(504.924)
Circulante				1.291.990	1.352.928	(525.989)	(504.924)
Não circulante				58.593	13.350	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos, e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) <u>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE</u>

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo, R\$ 22.122 (R\$ 22.122, em 2015), compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(c) Subvenções

(c.1) Baixa Renda – Tarifa Social:

O Governo Federal, por meio das Leis n^{os} 12.212/10 e 10.438/02, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 é R\$ 30.993 e refere-se aos meses de novembro e dezembro de 2016 (R\$ 27.463 em 31 de dezembro de 2015).

(c.2) CDE:

Em 29 de abril de 2016, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.067/16 aprovando o valor mensal de R\$ 11.691, a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2016 a março de 2017.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 30.480 (R\$ 37.728 em 31 de dezembro de 2015).

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa "PCLD"

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela ANEEL, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

90 dias, da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias, e das classes: industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas.

As baixas de créditos para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

	Consumidores	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	(516.237)	(22.122)	(43.508)	(581.867)
Adições	(112.086)	-	(3.982)	(116.068)
Reversões	4.918	-	18.069	22.987
Baixados a reserva	118.481			118.481
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(504.924)	(22.122)	(29.421)	(556.467)
Adições	(145.358)	-	(3.978)	(149.336)
Reversões	2.179	-	14.793	16.972
Baixados a reserva	122.114		<u>-</u>	122.114
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(525.989)	(22.122)	(18.606)	(566.717)

7. Impostos e contribuições a recuperar

		2016	2015
Circulante		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Imposto de renda – IR	(a)	15.308	14.847
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	(a)	6.149	10.771
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(b)	89.409	27.995
Programa de integração social – PIS	(c)	3.779	2.364
Contribuição para o financiamento da seguridade social			
- COFINS	(c)	17.410	10.781
Instituto nacional de seguridade social – INSS		1.443	1.812
Imposto sobre serviços – ISS		263	195
		133.761	68.765
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	98.327	30.541
		232.088	99.306

- (a) Correspondem aos valores de saldos negativos de IRPJ e CSLL dos exercícios corrente e anteriores, composto por antecipações, retenções de instituições financeiras, órgãos públicos e prestadores de serviços, atualizados pela taxa SELIC.
- (b) Do montante total de ICMS a recuperar, R\$ 67.643 (R\$ 49.322 em 2015) refere-se a ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional; Diversos créditos de ICMS a recuperar, no

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

montante de R\$ 9.968 (R\$ 9.214 em 2015); e Crédito na compra de energia da Termope acumulados de abril a dezembro/2016, no montante de R\$ 110.126.

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo, no montante de R\$ 21.189 (R\$ 13.145 em 31 de dezembro de 2015).

8. Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

	-	2016						
			Circulante					
	=	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Total líquido
CVA								
Energia		67.580	(50.056)	17.524	-	(16.686)	(16.686)	838
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	3	-	(55.130)	(55.130)	-	(9.628)	(9.628)	(64.758)
Neutralidade dos encargos setoriais		4.954	(17)	4.937	925	(6)	919	5.856
Repasse de Sobrecontratação	(a)	-	(59.186)	(59.186)	-	(14.086)	(14.086)	(73.272)
Outras CVA's		31.964	-	31.964	3.070	-	3.070	35.034
Itens Financeiros								
Energia Eletronuclear		22	-	22	-	-	-	22
Reversão RTE 2015	(b)	6.090	(9.890)	(3.800)	-	-	-	(3.800)
Recomposição Energia Termope		28.973	-	28.973	-	-	-	28.973
Outros itens financeiros		1.151	(2.965)	(1.814)	299	(5.669)	(5.370)	(7.184)
	=	140.734	(177.244)	(36.510)	4.294	(46.075)	(41.781)	(78.291)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	-	2015						
			Circulante					
	_	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Total líquido
CVA								
Energia		138.216	-	138.216	46.072	-	46.072	184.288
Encargo de Serviço do Sistema - ESS		-	(81.828)	(81.828)	-	(27.276)	(27.276)	(109.104)
Neutralidade dos encargos setoriais		3.626	(2.447)	1.179	1.209	(816)	393	1.572
Repasse de Sobrecontratação	(a)	-	(31.558)	(31.558)	-	(1.648)	(1.648)	(33.206)
Outras CVA's		41.907	(71)	41.836	13.969	(24)	13.945	55.781
Itens Financeiros								
Energia Eletronuclear		1.634	-	1.634	-	-	-	1.634
Exposição Financeira		5.210	-	5.210	1.612	-	1.612	6.822
Outros itens financeiros		806	(1.277)	(471)	229	(678)	(449)	(920)
	=	191.399	(117.181)	74.218	63.091	(30.442)	32.649	106.867

(a) Repasse de Sobrecontratação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apurou uma sobrecontratação de energia de 7,06%, e reconheceu um ajuste financeiro ativo atualizado de R\$ 11.080, de forma a anular o efeito do resultado obtido com a venda do excedente ou com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo, a um PLD médio de R\$ 150,65/MWh.

Vale destacar que, como a apuração da sobrecontratação superou o limite dos 5%, a Companhia registrou um componente financeiro passivo atualizado no valor de R\$ 4.865, associado ao excedente de sobrecontratação sem direito a repasse, em conformidade com a metodologia estabelecida pela ANEEL.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém um componente financeiro de sobrecontratação passivo total atualizado de R\$ 73.272 que contempla além da constituição do repasse do exercício corrente, o repasse da sobrecontratação do exercício 2015, reconhecido no reajuste tarifário de abril de 2016 em fase de amortização.

(b) Reversão RTE 2015

No reajuste 2016, a ANEEL reconheceu, de forma destacada, como componente financeiro, os efeitos da cobertura proporcionada pela RTE - Revisão Tarifária Extraordinária 2015, homologada pela Resolução Homologatória nº 1.858/15, relativos à CDE e Compra de Energia, os quais estavam sendo contabilizados anteriormente nas respectivas CVA CDE e CVA Compra de Energia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

No processo de reajuste tarifário anual da Companhia foi considerado um passivo de R\$ 15.200, devidamente atualizado pela SELIC, referente à receita faturada para o período de 02 de março a 28 de abril de 2015, o qual foi deduzido do saldo das respectivas CVA's.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais está demonstrada a seguir:

	2016	2015	
Saldos iniciais	106.867	249.224	
Constituição	(88.119)	(54.222)	
Amortização	(97.174)	(118.109)	
Remuneração financeira setorial	135	29.974	
Saldos finais ativo (passivo)	(78.291)	106.867	

9. Impostos e contribuições diferidos

		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social	(a)	139.698	122.189
Diferido ativo		229.093	184.149
Diferido passivo		(89.395)	(61.960)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	128.131	142.958
		267.829	265.147

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	6	2015 (Reapresentado)			
_	(Reaprese	ntado)				
	Base de Tributo cálculo diferido		Base de cálculo	Tributo diferido		
Imposto de renda						
Prejuízos fiscais	75.586	18.897	11.841	2.960		
Diferenças temporárias	335.339	83.834	347.539	86.885		
_	410.925	102.731	359.380	89.845		
Contribuição Social						
Base negativa	75.586	6.803	11.841	1.066		
Diferenças temporárias	335.158	30.164	347.539	31.278		
-	410.744	36.967	359.380	32.344		
		139.698	=	122.189		

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

	20	16	2015		
	IR	CSLL	IR	CSLL	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Ativo					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	117.421	117.421	117.612	117.612	
Provisão contingências	118.818	118.818	115.431	115.431	
Provisão PLR	11.250	11.250	14.724	14.724	
Prejuízo fiscal	75.586	75.586	11.841	11.841	
Receita de ultrapassagem	92.595	92.595	72.252	72.252	
Ajuste da quota anual de amortização	8.377	8.377	3.740	3.740	
Valor Justo de Derivativos Financeiros	1.429	1.429	563	563	
Déficit plano previdenciário	244.024	244.024	209.540	209.540	
Outros	17.237	17.056	12.548	12.548	
Total Ativo	686.737	686.556	558.251	558.251	
Passivo (-)					
Valor justo do ativo indenizável	(161.236)	(161.236)	(121.449)	(121.449)	
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(110.360)	(110.360)	(74.661)	(74.661)	
Custo de captação	(4.216)	(4.216)	(2.761)	(2.761)	
Total Passivo	(275.812)	(275.812)	(198.871)	(198.871)	
Total Líquido	410.925	410.744	359.380	359.380	

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2016 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 11 de novembro de 2016, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que, a mesma, opera conforme Instrução CVM 371/02.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

A expectativa de realização dos tributos diferidos está demonstrada a seguir:

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	201	16	2015		
	IR	CSLL	IR	CSLL	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	13.486	13.486	42.187	42.187	
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(14.827)	(14.827)	(16.270)	(16.270)	
Juros sobre capital próprio	-	<u>-</u>	(15.000)	(15.000)	
Base de cálculo	(1.341)	(1.341)	10.917	10.917	
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(335)	(121)	2.729	983	
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:					
(+) Adições					
Contribuições e doações	129	46	106	38	
Multas indedutíveis	1.103	397	220	79	
Excesso despesas previdenciárias	5.432	1.955	5.519	1.987	
Outras adições	413	149	1.037	373	
	7.077	2.547	6.903	2.485	
(-) Exclusões					
Reversão da provisão do ágio	(7.195)	(2.590)	(7.896)	(2.842)	
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT	-	-	(408)	-	
Outras exclusões	(29)	(362)	(947)	(434)	
	(7.224)	(2.952)	(9.251)	(3.276)	
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(482)	(526)	380	192	
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	-	-	245	32	
Diferido de diferença temporária de RTT	-		5.971		
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(482)	(526)	6.597	224	
Corrente	-	-			
Recolhidos e pagos	=	-	6.444	6.795	
Compensados e deduzidos	-	-	7.674	2.024	
Impostos antecipados a recuperar	-	-	(14.118)	(8.819)	
Diferido	(482)	(526)	6.597	224	
Imposto de renda e contribuição social exercício	(482)	(526)	6.597	224	

(b) Benefício fiscal – Ágio incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes, cujos saldos são como segue:

Benefício fiscal	508.114
Amortização acumulada	(1.073.988)
Reversão acumulada	708.832
Saldos em 31 de dezembro de 2015	142.958
Amortização	(43.608)
Reversão	28.781
Saldos em 31 de dezembro de 2016	128.131

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo exercício remanescente de exploração da concessão, desde agosto de 2001, em 336 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2017	0,02798	2022	0,02140	 2027	0,01609
2018	0,02682	2023	0,02045	2028	0,01476
2019	0,02573	2024	0,01860		
2020	0,02335	2025	0,01773		
2021	0,02238	2026	0,01690		

10. Concessão de serviço público

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

10.1 Ativo financeiro

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	_	2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Saldos iniciais		725.673	544.618
Baixas		(2.341)	(1.123)
Transferências	(a)	318.572	124.508
Atualização valor justo	_	39.794	57.670
Saldos finais	_	1.081.698	725.673

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

O ativo financeiro da concessão é remunerado ao seu valor justo mais custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (Vide nota 19). A realização do WACC, sobre a totalidade da infraestrutura ocorre através do faturamento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, para estimar o valor da indenização ao final da concessão, o valor residual do ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. As variações anuais dessa atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, mesmo índice utilizado pelo regulador para atualização da BRR nas revisões tarifárias anuais, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado do exercício.

10.2 Intangível

O ativo intangível é composto pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, desde o segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Em 2016 foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 36.955 (R\$ 22.658 em 2015) cuja taxa média mensal de capitalização utilizada foi de 0,98%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

			2016						
	Taxas anuais médias ponderadas								
	de amortização		Amortização	Obrigações	Valor	Valor			
	(%)	Custo	Acumulada	especiais	Líquido	líquido			
	<u>-</u>				(Reapresentado)	(Reapresentado)			
Em serviço	<u>-</u>								
Direito de uso da concessão	3,98	4.222.038	(1.948.512)	(169.705)	2.103.821	1.841.234			
Em curso	_								
Direito de uso da concessão		543.789		(119.948)	423.841	405.083			
Total		4.765.827	(1.948.512)	(289.653)	2.527.662	2.246.317			

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

		Em serviço							
			Amortização	Obrigações	Valor		Obrigações	Valor	
		Custo	acumulada	especiais	Líquido	Custo	Especiais	líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015		3.593.185	(1.633.749)	(173.074)	1.786.362	353.975	(67.849)	286.126	2.072.488
Adições		-	-	-	-	538.740	(45.227)	493.513	493.513
Baixas		(17.643)	12.699	-	(4.944)	696	-	696	(4.248)
Amortizações		-	(181.544)	9.678	(171.866)	-	-	-	(171.866)
Transferências – Intangíveis		213.602	-	(6.634)	206.968	(213.602)	6.634	(206.968)	-
Transferências - Ativos financeiros		454	-	-	454	(129.863)	4.901	(124.962)	(124.508)
Transferências – Outros		24.130	130	-	24.260	(34.194)	(9.128)	(43.322)	(19.062)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)		3.813.728	(1.802.464)	(170.030)	1.841.234	515.752	(110.669)	405.083	2.246.317
Adições		-	-	-	-	833.167	(30.698)	802.469	802.469
Baixas		(69.036)	50.572	3.171	(15.293)	(8.221)	-	(8.221)	(23.514)
Amortizações		-	(196.620)	11.436	(185.184)	-	-	-	(185.184)
Transferências – Intangíveis		478.549	-	(14.282)	464.267	(478.549)	14.282	(464.267)	-
Transferências - Ativos financeiros	(a)	(1.203)	-	-	(1.203)	(331.149)	13.780	(317.369)	(318.572)
Transferências – Outros	(b)		-	-	<u> </u>	12.789	(6.643)	6.146	6.146
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)		4.222.038	(1.948.512)	(169.705)	2.103.821	543.789	(119.948)	423.841	2.527.662

- (a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.
- (b) Referem-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

11. Fornecedores

	2016	2015
Energia elétrica	531.499	351.952
Terceiros	210.749	348.982
Partes relacionadas	320.750	2.970
Encargos de uso da rede	27.233	61.516
Terceiros	26.619	60.850
Partes relacionadas	614	666
Materiais e serviços	111.674	246.442
Terceiros	111.124	246.048
Partes relacionadas	550	394
Energia livre	40.276	35.344
	710.682	695.254
Circulante	531.559	659.910
Não circulante	179.123	35.344

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, no montante de R\$ 40.276 e valores de compra de energia elétrica com partes relacionadas, no montante de R\$ 138.847, os quais estão registrados ao valor presente e calculados pelas taxas de captação média apurada pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos

	Ref.:	2016	2015
			(Reapresentado)
Empréstimos e financiamentos	12.1		
Moeda nacional		1.088.448	1.030.369
Circulante		309.045	203.440
Não circulante		779.403	826.929
Custos de transação - Moeda nacional		(4.216)	(2.655)
Moeda estrangeira		759.583	699.040
Circulante		390.872	197.001
Não circulante		368.711	502.039
Custos de transação - Moeda estrangeira		(12)	(111)
(-) Depósitos em garantia			(24.054)
Circulante		-	(24.054)
Não circulante		-	-
Total de empréstimos e financiamentos		1.848.031	1.705.355
Circulante		699.917	376.387
Não circulante		1.148.114	1.328.968
Debêntures	12.2		
Total de debêntures		376.106	222.081
Circulante		69.751	150.122
Não circulante		306.355	71.959
Custos de transação - Debêntures		(1.461)	(320)
Instrumentos financeiros derivativos			
Ativo		(62.524)	(186.769)
Passivo		60.974	9.998
Total instrumentos financeiros derivativos		(1.550)	(176.771)
Instrumentos financeiros derivativos - ativos			
Circulante		(18.425)	(47.814)
Não circulante		(44.099)	(138.955)
Instrumentos financeiros derivativos - passivos Circulante		60.974	9.998
Endividamento financeiro líquido total		2.222.587	1.750.665
Circulante		812.217	488.693
Não circulante		1.410.370	1.261.972

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

12.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda es		
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	198.116	714.834	2.566	96.298	1.011.814
Ingressos	5.584	272.476	130.000	270.000	678.060
Encargos	74.845	-	10.459	-	85.304
Variação monetária e cambial	2.599	13.214	58.509	134.874	209.196
Swap	-	-	(11.573)	(134.857)	(146.430)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	18	(2.344)	(2.326)
Transferências	194.398	(194.398)	875	(875)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(272.043)	-	(31.568)	-	(303.611)
(-) Mov. depósitos em garantia	(24.054)	21.376	-	-	(2.678)
(-) Custos de transação	(59)	(573)	(101)	(12)	(745)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	179.386	826.929	159.185	363.084	1.528.584
Ingressos	126.139	84.603	20.000	190.000	420.742
Encargos	87.605	13	19.401	-	107.019
Variação monetária e cambial	2.691	10.248	(33.638)	(91.380)	(112.079)
Swap	-	-	107.785	92.743	200.528
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	652	213	865
Transferências	140.185	(140.185)	230.048	(230.048)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(251.925)	(2.205)	(70.113)	-	(324.243)
(-) Mov. depósitos em garantia	24.054	-	-	-	24.054
(-) Custos de transação	910		101		1.011
Saldos em 31 de dezembro de 2016	309.045	779.403	433.421	324.612	1.846.481

A seguir apresentamos as captações efetuadas no exercício:

Financiadores	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Banco do Brasil	2017	15,35%	23.523
ABC	2017	USD + 3,01%	20.000
SANTANDER	2017	111% CDI	100.000
ITAÚ	2017 a 2019	De 3,03% a 4,284% + USD	190.000
BNDES	2023	De 1,59% + TJLP a 2,09% + SELIC	76.388
Caixa Econômica	2025	6%	10.831
Total			420.742

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	2016			2015			
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido	
2017	-	-	-	183.590	(631)	182.959	
2018	476.498	(1.057)	475.441	439.476	(435)	439.041	
2019	181.136	(863)	180.273	188.982	(318)	188.664	
2020	181.136	(642)	180.494	151.883	(226)	151.657	
2021	151.078	(421)	150.657	112.186	(135)	112.051	
2022	67.873	(241)	67.632	67.896	(75)	67.821	
Após 2022	49.675	(157)	49.518	47.849	(29)	47.820	
Total obrigações	1.107.396	(3.381)	1.104.015	1.191.862	(1.849)	1.190.013	

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor do principal	Saldo em 31/12/2016
Banco ABC	US\$	Capital de Giro	3,0100%	2017	Fiança Bancária	20.000	20.023
Banco do Brasil	R\$	Capital de Giro	15,3500% / 108,00% a 116,00% do CDI	2017 a 2021	Clean	243.523	214.464
BNDES	R\$	Investimentos	3,0000% a 6,0000% / TJLP + 1,5900% a TJLP + 2,8200% / SELIC + 2,0900%	2017 a 2024	Aval da Neoenergia	1.263.998	678.615
Caixa Econômica Federal	R\$	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	6,0000%	2025	Aval da Neoenergia / Recebíveis	27.078	23.013
Citibank	US\$	Capital de Giro	Libor + 0,9700% a Libor + 0,9890%	2018	Aval da Neoenergia	94.100	95.181
Finep	R\$	Pesquisa e Desenvolvimento	4,0000% a 5,0000%	2018	Aval da Neoenergia	85.308	20.551
HSBC	US\$	Capital de Giro	Libor + 1,4000%	2018	Aval da Neoenergia	140.000	144.176
IBM	R\$	Investimentos	CDI + 0,3100%	2020	Aval da Neoenergia	58.000	51.239
Itaú	US\$	Capital de Giro	2,7757% a 4,2840%	2017 a 2019	Aval da Neoenergia	255.000	269.840
KfW Bankengruppe	Euro	Investimentos	2,0000%	2026	Aval Governo do Estado de Pernambuco / Fiança Bancária	1.042	555
Santander	R\$/ US\$	Capital de Giro / Notas Comerciais	2,4664% a 4,3583% / 111,00%	2017	Aval da Neoenergia	315.000	328.823
Total						2.503.049	1.846.481

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A..

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

12.2 Debêntures

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015			
(reapresentado)	152.169	215.680	367.849
Encargos	41.867	-	41.867
Transferências	144.000	(144.000)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(188.194)	-	(188.194)
(-) Custos de transação	280	279	559
Saldos em 31 de dezembro de 2015	450 422	71.959	222.081
(reapresentado)	150.122	71.939	222.001
Ingressos	50.000	306.890	356.890
Encargos	52.744	-	52.744
Transferências	71.260	(71.260)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(255.616)	(1.234)	(256.850)
(-) Custos de transação	1.241		1.241
Saldos em 31 de dezembro de 2016	69.751	306.355	376.106

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do exercício:

Emissão	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
5 ^a	11/01/2019	118,00% do CDI	206.890
6 ^a	18/04/2019	122,70% do CDI	150.000
Total			356.890

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

		2016			2015	
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2017	-	-	-	72.000	(41)	71.959
2018	153.445	(478)	152.967	-	-	-
2019	153.445	(57)	153.388		-	
	306.890	(535)	306.355	72.000	(41)	71.959

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Condições restritivas financeiras (covenants)

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A..

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

13. Salários e encargos a pagar

	_	2016	2015
Salários		5.032	4.987
Encargos sociais		5.562	6.129
Provisões férias		13.416	11.805
Encargos sobre provisões de férias		5.473	4.756
Provisão participação nos lucros e resultados	(a)	11.250	14.724
Outros	_	1.084	1.305
	_	41.817	43.706

(a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. A provisão é efetuada com base na estimativa de realização dos objetivos e refere-se à participação nos lucros e resultados de 2016 com previsão de pagamento em abril de 2017.

14. Taxas regulamentares

		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e	(a)	35.358	40.874
Tecnológico – FNDCT	(b)	2.449	859
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(b)	1.231	428
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(b)	17.474	14.615
Programa de Eficientização Energética – PEE Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica –	(b)	15.425	14.168
TFSEE		428	394
Encargos Setoriais – Outros CCRBT	(c)	5.723	27.254
		78.088	98.592
Circulante		48.979	73.236
Não circulante		29.109	25.356

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo em aberto refere-se às quotas mensais definitivas de CDE – Uso, no valor de R\$ 7.450, para o período de junho a dezembro de 2016, conforme Resolução nº 2.077 de 06/2016; CDE-ENERGIA no valor de R\$ 5.818, conforme Resolução nº 2.018 de 02/2016 com dedução de R\$ 304, referente às liminares ABRACE/ANACE, previstas no Despacho nº 1.576 de 06/2016; e CDE-CONTA ACR, no valor de R\$ 22.090, conforme Resolução nº 2.004 de 12/2015.

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na Taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(c) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, de R\$ 5.723, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 4 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração também o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

15. Impostos e contribuições a recolher

	2016	2015
Circulante	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	145.124	135.735
Programa de integração social - PIS	9.462	6.553
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	43.752	30.284
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	3.897	2.308
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	945	1.010
Imposto sobre serviços – ISS	2.481	3.099
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.712	1.825
Outros	7.835	7.309
Total	215.208	188.123

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

16. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas operações.

Para constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas consolidadas estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	22.870	56.508	674	80.052
Adição	36.440	36.353	87	72.880
Reversão	(7.345)	(9.764)	-	(17.109)
Pagamentos/Indenizações	(18.598)	(33.356)	(87)	(52.041)
Atualização	3.712	27.937	-	31.649
Saldos em 31 de dezembro de 2015	37.079	77.678	674	115.431
Adição	33.557	31.441	1.764	66.762
Reversão	(9.131)	(15.828)	-	(24.959)
Pagamentos/Indenizações	(26.955)	(34.720)	(3.593)	(65.268)
Atualização	6.245	18.666	1.941	26.852
Saldos em 31 de dezembro de 2016				
(reapresentado)	40.795	77.237	786	118.818
Circulante	12.288	34.720	-	47.008
Não circulante	28.507	42.517	786	71.810

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 374.049 (R\$ 310.202 em 31 de dezembro de 2015) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m..

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, morte, danos materiais e/ou danos morais. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 331.670 (R\$ 278.787 em 31 de dezembro de 2015) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m..

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.293.928 (R\$ 1.003.870 em 31 de dezembro de 2015) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por:

- (i) Suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores micro empresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, estimados em R\$ 19.791 (R\$ 11.398 em 31 de dezembro de 2015);
- (ii) Falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 31.156 (R\$ 27.849 em 31 de dezembro de 2015); e
- (iii) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1.001.500 (R\$ 792.636 em 31 de dezembro de 2015).

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência do ágio quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer o ágio decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Depósitos judiciais

Correlacionado às provisões, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e taxa SELIC para os depósitos de natureza fiscal/tributária. São registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2016	2015
Trabalhistas	28.157	20.215
Cíveis	34.200	33.586
Fiscais	11.760	11.453
Total	74.117	65.254

17. Outros passivos

		2016	2015
Consumidores	(a)	28.207	23.698
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – COSIP	(b)	15.900	16.072
Caução em garantia	(c)	100.615	73.065
Adiantamentos recebidos	(d)	9.295	10.823
Cooperativas - Aquisição de ativos	(e)	17.495	29.159
Outras		8.068	14.825
	_	179.580	167.642
Circulante		149.787	154.841
Não circulante		29.793	12.801

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de Universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) COSIP Corresponde a valores arrecadados de iluminação pública, a serem repassados às Prefeituras.
- (c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (d) Adiantamentos recebidos referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão em contrapartida de serviços prestados a terceiros.
- (e) Aquisição dos ativos de baixa tensão, de propriedade das cooperativas existentes dentro da área de concessão da CELPE, no montante de R\$ 73.318, sendo liquidada em 10 parcelas semestrais de junho de 2013 a dezembro de 2017, conforme acordo celebrado entre a CELPE e as Cooperativas em 06/09/2012, sendo corrigido semestralmente pelo IGPM. A metodologia aplicada para avaliação dos ativos foi à definida pela ANEEL através da Resolução 338/2008, alterada pela Resolução 457/2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido

Capital social

O Capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$ 700.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 590.174.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas			Nº de	Ações (e	em unidades)				
	Ações Ordina	árias Ações Preferenciais							
	Única	%	Α	%	В	%	Total	%	
Neoenergia S.A.	66.022.550	99,6	464.272	6,1	400.375	53,9	66.887.197	89,6	
Outros	280.143	0,4	7.102.982	93,9	342.066	46,1	7.725.191	10,4	
Total	66.302.693	100,0	7.567.254	100,0	742.441	100,0	74.612.388	100,0	

_				R\$	<u> </u>			
_	Ações Ord	linárias	Α	ções Pref	erenciais			
Acionistas	Única	%	Α	%	В	%	Total	%
Neoenergia S.A.	522.229	99,6	3.672	6,1	3.167	53,9	529.068	89,6
Outros	2.216	0,4	56.184	93,9	2.706	46,1	61.106	10,4
Total	524.445	100,0	59.856	100,0	5.873	100,0	590.174	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais "Classe A" têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais "Classe A"; (ii) as ações preferenciais "Classe B", têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 454.999, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Até 31 de dezembro de 2016, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 53.116 e a disponível para capitalização por parte do acionista controlador monta R\$ 326.867 (R\$ 312.040 em 31 de dezembro de 2015).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 73.004, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2023, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia não apurou incentivo fiscal da SUDENE nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

b) Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir em 2011 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

A Administração da Companhia aprovou "ad referendum" à Assembleia dos Acionistas a absorção do prejuízo acumulado no final do exercício por conta dos ajustes realizados para fins de reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 com saldo de reserva legal no montante de R\$ 341.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

			,	Valor por ação	
Deliberação	Provento	Valor deliberado	ON	PNA	PNB
<u>2016</u>					
AGO de 26 de abril de 2016	Dividendos Adicionais 2015 Dividendos Mínimos	48.715	0,6522655	0,6522655	0,7174921
AGO de 26 de abril de 2016	Obrigatórios Complementares 2015	1.239	0,0165827	0,0165827	0,0182409
	-	49.954			
2015					
AGO de 23 de abril de 2015	Dividendos Adicionais 2014	8.249	0,1104431	0,1104431	0,1214874
RCA de 19 de junho de 2015	JSCP 2015	15.000	0,2008392	0,2008392	0,2209231
		23.249			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio do exercício de 2015 foi considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado (*)		
Lucro líquido do exercício reapresentado	(333)	19.096
Ajustes (nota 2.7)	366	52.001
Lucro liqudo do exercício originalmente apresentado	33	71.097
Incentivo fiscal SUDENE originalmente apresentado	-	(6.143)
Amortização do ágio incorporado	43.608	47.852
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(28.781)	(31.582)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	(14.827)	(16.270)
Base de cálculo do dividendo	33	64.954
Dividendos mínimos obrigatórios	8	16.239
Dividendos e juros sobre capital próprio - pagos e propostos		
Juros sobre Capital Próprio	-	15.000
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	8	1.239
Dividendos adicionais propostos	23.314	72.029
Total Bruto	23.322	88.268
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (**)		(77)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

- (*) Os dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram calculados levando-se em consideração o resultado dos referidos exercícios apurados originalmente antes da reapresentação dessas demonstrações financeiras.
- (**) Na parcela de acionistas imunes não ocorre à incidência de imposto de renda.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2016	2015
		(Reapresentado)
Saldos iniciais em 01 de janeiro	1.297	75.910
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	48.715	23.249
Propostos	8	1.239
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	-	(77)
Pagos no exercício	(49.915)	(98.983)
Prescritos		(41)
Saldos finais em 31 de dezembro	105	1.297

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos e passivos atuariais de benefício pós-emprego.

19. Receita líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fornecimento de energia	(a)	3.082.329	3.170.440
Receita de distribuição		3.000.674	3.092.348
Remuneração financeira WACC		81.655	78.092
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	(b)	192.723	115.922
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	3.250.232	3.096.114
Receita de distribuição		3.168.893	3.019.860
Remuneração financeira WACC		81.339	76.254
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(d)	(185.293)	(81.636)
Receita de construção da infraestrutura da concessão		763.913	464.595
Outras receitas	(e)	105.021	120.459
Total receita bruta		7.208.925	6.885.894
(-) Deduções da receita bruta Total receita operacional líquida	(f)	(2.482.149) 4.726.776	(2.376.336) 4.509.558

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

(a) Fornecimento de Energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

	MWh (*)		R	\$
	2016	2015	2016	2015
Consumidores:			(Reapresentado)	(Reapresentado)
Residencial	4.851.619	4.840.540	2.698.456	2.537.727
Industrial	1.485.027	1.575.227	683.214	753.309
Comercial	2.582.063	2.633.254	1.508.962	1.518.409
Rural	667.926	674.363	224.489	226.285
Poder público	635.997	658.041	339.101	351.355
Iluminação pública	461.254	442.013	162.933	160.285
Serviço público	579.062	611.372	197.298	210.456
Consumo próprio	15.497	13.469	-	-
Suprimento	-	-	-	635
Fornecimento não faturado Reclassificação da receita pela disponibilidade	-	-	(10.724)	20.646
da rede elétrica - Consumidor cativo(1)			(3.056.024)	(2.919.489)
	11.278.445	11.448.279	2.747.705	2.859.618
Subvenções	-		334.624	310.822
	11.278.445	11.448.279	3.082.329	3.170.440

^(*) Informações não auditadas.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	_	2016	2015
Receita de Uso - Consumidor Livre		194.208	176.625
Receita de Uso - Consumidor Cativo	(*)	3.056.024	2.919.489
		3.250.232	3.096.114
(4) \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \	–		

(*) Vide comentários nota (a), acima.

⁽¹⁾ Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/08, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

(d) Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos

	2016	2015
CVA		
Energia	(191.257)	(219.628)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	52.583	54.435
Neutralidade dos encargos setoriais	3.484	23.780
Repasse de sobrecontratação	(29.179)	52.159
Outras CVA's	(33.000)	14.692
Itens Financeiros		
Energia Eletronuclear	(1.678)	(5.367)
Exposição Financeira	(6.472)	(2.834)
Reversão RTE 2015	(2.639)	-
Recomposição Energia Termope	28.964	-
Outros itens financeiros	(6.099)	1.127
	(185.293)	(81.636)

(e) Outras receitas

		2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Renda da prestação de serviços		24.087	21.415
Arrendamentos e aluguéis		26.930	26.996
Serviço taxado		7.916	6.824
Administração de faturas de fraude		2.373	1.661
Valor justo ativo indenizável da concessão	(*)	39.794	57.670
Outras receitas		3.921	5.893
		105.021	120.459

^(*) Conforme mencionado na nota 10, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

(f) Deduções da receita bruta

	-	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Immentee e contribuie see		(Neapresentado)	(Neapresentado)
Impostos e contribuições			
ICMS		(1.379.700)	(1.314.074)
PIS		(109.632)	(111.061)
COFINS		(504.984)	(513.391)
ISS		(2.188)	(2.135)
Encargos Setoriais			
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(*)	(420.807)	(391.898)
Programa de Eficientização Energética – PEE Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –		(22.088)	(17.001)
FNDCT		(8.852)	(6.801)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE		(4.467)	(3.401)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(8.852)	(6.801)
Encargos do Consumidor – CCRBT		(15.541)	(5.046)
Taxa de Fiscalização – TFSEE		(5.038)	(4.727)
Total	_	(2.482.149)	(2.376.336)

(*) Vide nota 14 (a).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

20. Custos e despesas operacionais do serviço

20.1 Custo de Energia Elétrica

	MWh	(*)	R	\$
	2016	2015	2016	2015
•				(Reapresentado)
Energia comprada para revenda Energia adquirida através de leilão no ambiente				
regulado – ACR	7.303.118	7.078.527	(1.230.032)	(986.703)
Energia adquirida contrato bilateral	3.425.760	3.416.400	(800.504)	(687.409)
Contratos por cotas de garantia física	3.844.864	3.748.024	(241.406)	(120.964)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	443.684	454.284	(89.197)	(76.150)
Energia curto prazo – PLD	-	33.835	104.725	(145.579)
PROINFA	281.494	272.934	(100.937)	(71.002)
Ressarcimento de energia	-	-	4.698	30.272
Créditos de PIS e COFINS	-	-	257.261	273.842
Encargos de energia de reserva – EER	-	-	(34.871)	(16.316)
Custos Variáveis do MCP	-	<u> </u>	(278.676)	(774.749)
Total	15.298.920	15.004.004	(2.408.939)	(2.574.758)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição				
Encargos de rede básica			(107.801)	(118.675)
Encargos de conexão			(14.173)	(8.676)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(8.820)	(8.855)
Encargo de serviço do sistema – ESS			(105.439)	(182.074)
Encargos de energia de reserva – EER			59	30.496
Créditos de PIS e COFINS			25.107	24.478
			(211.067)	(263.306)
			(2.620.006)	(2.838.064)

^(*) Informações não auditadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

20.2 Custo de operação e despesas operacionais

				2016		2015
Custo / Despesas	Ref.:	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
					(Reapresentado)	(Reapresentado)
Pessoal	(a)	(135.181)	(52.175)	(65.222)	(252.578)	(232.950)
Administradores		-	-	(6.120)	(6.120)	(5.936)
Benefício pós-emprego		-	-	15.334	15.334	13.432
Material		(22.334)	(306)	(2.278)	(24.918)	(15.782)
Combustível para produção de energia		(7.235)	-	-	(7.235)	(7.864)
Serviços de terceiros		(307.859)	(45.518)	(67.933)	(421.310)	(368.717)
Indenizações		(188)	(158)	(62.652)	(62.998)	(50.260)
Amortização	(b)	(157.564)	-	(23.056)	(180.620)	(168.776)
Arrendamentos e aluguéis		(1.071)	(1.085)	(972)	(3.128)	(2.691)
Tributos		(1.086)	(275)	(1.110)	(2.471)	(2.211)
Provisões líquidas - PCLD		-	(10.250)	-	(10.250)	25.400
Perdas contas a receber		-	(122.114)	-	(122.114)	(118.481)
Provisões líquidas – contingências		-	-	23.465	23.465	(3.730)
Outros custos e despesas	(c)	(25.658)	(1.889)	(11.315)	(38.862)	(52.631)
Total custos / despesas		(658.176)	(233.770)	(201.859)	(1.093.805)	(991.197)

(a) Custo e despesa de pessoal

	2016	2015
		(Reapresentado)
Remunerações	(118.981)	(104.909)
Encargos sociais	(53.902)	(48.737)
Auxílio alimentação	(14.683)	(12.442)
Previdência privada e outros benefícios	(29.594)	(27.037)
Rescisões	(5.714)	(15.302)
Férias e 13º salário	(24.573)	(20.987)
Plano de saúde	(15.880)	(12.981)
Contencioso trabalhista	(2.269)	(1.779)
Participação nos lucros e resultados	(16.025)	(17.464)
Encerramento de ordem em curso	(1.061)	(1.669)
(-) Transferências para ordens	30.104	30.357
	(252.578)	(232.950)

(b)Amortização

	2016	2015
Quota de amortização no exercício	(185.184)	(171.866)
(-) Crédito PIS/COFINS	4.564	3.090
	(180.620)	(168.776)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

(c)Outros custos e despesas

	2016	2015
Seguros	(1.611)	(1.332)
Doações e contribuições	(1.227)	(628)
Recuperação de despesa	10.462	9.926
Órgãos de classe do setor elétrico	(2.631)	(2.223)
Despesas de viagem	(4.791)	(4.194)
Consumo próprio e energia elétrica	(9.788)	(8.447)
Propaganda e publicidade	(3.484)	(6.188)
Alimentação	(187)	(145)
Multas regulatórias	(14.222)	(24.100)
Encerramento de ordem	(57)	(135)
Multa recebida por inadimplência	47.572	38.009
Violação de prazo	(1.069)	(1.163)
Perda/Alienação/Cancelamento/Desativação	(43.725)	(44.821)
Indenização Danos Elétricos	(2.295)	(1.339)
Estagiário/Bolsista	(2.732)	(2.416)
Outros	(9.077)	(3.525)
Total	(38.862)	(52.631)

21. Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	19.140	29.811
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	34.230	32.116
Variações monetárias e cambiais	459.244	248.057
Instrumentos financeiros derivativos	110.007	288.380
Atualização depósitos Judicias	1.619	2.784
Atualização do ativo financeiro setorial	135	29.974
(-) PIS e COFINS s/receita financeira	(5.919)	(3.170)
Outras receitas financeiras	25.121	4.061
	643.577	632.013
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(130.314)	(114.028)
Variações monetárias e cambiais	(347.946)	(450.613)
Instrumentos financeiros derivativos	(310.534)	(141.952)
Benefícios pós-emprego	(24.730)	(31.465)
Atualização contingências	(26.852)	(31.649)
Outras despesas financeiras	(38.767)	(35.821)
	(879.143)	(805.528)
Resultado financeiro líquido	(235.566)	(173.515)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

22. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

_	. .	Ati			Passivo		ado
Por empresa	_ Ref.	2016	2015	2016	2015	2016	2015
COELBA	(b)	75	153	518	599	(4.474)	(4.192)
TERMOPERNAMBUCO S/A	(a1)/(d)	-	-	304.378	48	(995.192)	(688.002)
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a2)	-	-	398	360	(3.235)	(2.959)
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a2)	-	-	245	222	(1.993)	(1.823)
RIO PCH I S.A.	(a2)	-	-	319	289	(2.597)	(2.374)
SE NARANDIBA S.A.	(c)	-	-	2	2	(19)	(22)
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a2)	-	-	2.159	1.953	(17.555)	(16.047)
NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA		-	-	-	-	-	(4)
ELÉTRICA S.A.	(c)	-	-	17	17	(155)	(203)
NORTE ENERGIA S.A.	(a2)	-	-	10.093	-	(37.983)	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE	(a2)	-	-	3.053	-	(28.240)	-
ENERGIA S.A.	(c)	-	-	22	-	(25)	-
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	40	18	(223)	(203)
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	17	16	(190)	(174)
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	20	18	(223)	(203)
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	18	17	(207)	(189)
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	19	18	(220)	(200)
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	13	12	(150)	(135)
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	-	17	(184)	(184)
CAETITÉ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	16	15	(185)	(168)
CAETITÉ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a2)	-	-	17	15	(186)	(170)
AMARA BRASIL	(f)	-	-	480	331	(4.240)	(3.942)
CELPOS	(g)	-	-	125.807	133.154	(46.558)	(42.318)
		75	153	447.651	137.121	(1.144.034)	(763.512)
Controladores	_						
BANCO BRASIL	(h)/(i)/(j)	176.053	303.653	191.946	191.787	(30.498)	(31.201)
OUTROS MINORITÁRIOS		-	-	98	186	-	-
NEOENERGIA S.A.	(e)/(k)	-	<u>-</u>	78	1.173	(799)	(792)
		176.053	303.653	192.122	193.146	(31.297)	(31.993)
TOTAL		176.128	303.806	639.773	330.267	(1.175.331)	(795.505)
CIRCULANTE		160.099	301.898	204.341	25.100	-	-
NÃO CIRCULANTE		16.029	1.908	435.432	305.167	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados:
 - a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovada pela ANEEL, com vigência até 2024. O contrato é corrigido anualmente pela variação do IGPM dos combustíveis.
 - a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos com vigência entre 2033 e 2044, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.
- (b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), com vigência até 2030, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), com vigência até 2030, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (d) Contrato de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (e) Contrato de locação de imóveis, com vigência até 2018, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (f) Contratos de prestação de serviços, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 2018.
- (g) Saldos de planos previdenciários junto a Celpos e de contrato de reconhecimento de dívida junto a esta fundação, com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.
- (h) Contratos de empréstimo com vigência até 2021, corrigidos mensalmente com base no CDI.
- (i) Contrato de aplicação em títulos e valores mobiliários Fundo de Investimento Restrito (BB Polo 28).
- (j) Contrato de serviço de arrecadação de faturas de energia com vigência até 2017.
- (k) Dividendos e juros sobre capital próprio.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

22.1 Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros no Fundo BB Polo 28, fundo este restrito as empresas do Grupo Neoenergia, que tem como objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI e que sejam adequados à política de aplicações de recursos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, parte dos ativos do Fundo BB Polo 28 são representados por debêntures emitidas por empresas do próprio Grupo.

22.2 Remunerações da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 6.120 (R\$ 5.937 em 31 de dezembro de 2015) e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os Benefícios de Curto Prazo, os Benefícios de Longo Prazo e as verbas decorrentes das rescisões contratuais.

Observado o regime de caixa, a AGO realizada em 26 de abril de 2016, aprovou o montante de até R\$ 4.392 de remuneração global anual aos administradores para o exercício de 2016. Observado também o critério de caixa, o valor realizado até dezembro de 2016 foi de R\$ 6.504, dos quais o valor relativo a indenizações por rescisões contratuais representa R\$ 2.321 que, pela natureza indenizatória, em razão de rescisões antecipadas e não previstas, não foram computados no montante da remuneração global anual aprovada pela AGO.

23. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira, do Grupo Neoenergia, aprovada pelo Conselho de Administração, e demais normativos.

Dentre as diretrizes previstas na Política e nos demais normativos estão: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira, buscar o financiamento dos investimentos junto a bancos de fomento, alongamento de prazos, evitar concentração de vencimentos e diversificar tanto instrumentos financeiros quanto contrapartes.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado (risco cambial, risco de taxa de juros e de índice de preços, dentre outros), de crédito e de liquidez.

b) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2016, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza *swap* de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. A política financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao *rating* das instituições financeiras). As aplicações são concentradas em fundos restritos a empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2016, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 160.024, sendo R\$ 158.243 em fundos restritos e R\$ 1.782 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Passivos financeiros não derivativos:	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2017	2018	2019	2020	2021	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.848.031	2.285.008	790.053	536.010	363.419	239.870	189.801	165.855
Debêntures	376.106	444.437	99.652	181.692	163.093	-	-	-
Fornecedores	710.682	710.682	531.559	138.847	-	-	-	40.276
Passivos financeiros								
<i>Swap</i> cambial	(1.550)	(27.418)	46.355	(60.159)	(13.614)	-	-	-

e) Gestão de risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundo da principal atividade realizada pela Companhia, de distribuição de energia, existem limitações impostas pelo órgão regulador, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a Companhia segue as disposições da sua política de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha.

A seguir são apresentados os principais tipos de exposição a crédito da Companhia dada à natureza de seu negócio:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Risco de crédito junto a consumidores

Sua principal exposição de risco de crédito é oriunda da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, resultante da dificuldade de recebimento de valores faturados aos seus consumidores. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. Neste caso, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas as ações de cobrança realizadas estão em conformidade com a regulamentação regulatória.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

As operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos são realizadas com instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento periódico da exposição com cada contraparte e da qualidade de crédito das mesmas e dos *ratings* de longo prazo em escala nacional e global publicados pelas agências de avaliações para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2016.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2016	2015
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	23.658	38.968
Títulos e valores mobiliários Empréstimos e recebíveis	175.634	279.250
Contas a receber de clientes e outros Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros Mantidos até o vencimento	1.576.650 -	1.601.160 106.867
Títulos e valores mobiliários Disponível para venda	419	349
Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	1.081.698	725.673

f) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos assim como nenhuma das operações contratada teve custo inicial associado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de *hedge* de valor justo, vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão apresentados a seguir:

						Tuloi Co	ac itererendia				
					Moeda Es	trangeira	Moeda	Local	Valor J	lusto	Efeito acumulado 2016
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	2016	2015	2016	2015	2016	2015	Valor a receber/ recebido - a pagar/pago
Contratos de swa	ps:										
	Banco										
Ativa	Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a.	EUR 231	EUR 242	799	1.124	904	1.204	
Passiva				72,5% do CDI			610	659	(610)	(624)	
Risco de Crédito								_	2 296	 580	(10)
									296	580	(18)
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a.	EUR 0	EUR 240	_	2.061	_	940	
Passiva	Ollibariik	00/00/00	00/00/10	92% do CDI	Lorro	2011 240	_	1.347	_	(723)	
400174				0270 00 021						217	259
				1100 4 47054411							
Ativa	Banco Citibank	03/12/13	03/12/18	USD + 1,1765*(Libor 3M + 0,97% a.a.)	USD 17.020	USD 17.018	55.495	67.611	55.032	63.778	
Passiva				104,5% do CDI			39.496	39.482	(39.496)	(39.510)	
Risco de Crédito								_	(7)		
									15.529	24.268	(4.291)
	Banco			USD + 1,1765*(Libor	USD	USD					
Ativa	Citibank	29/08/14	29/08/18	3M + 0,989% a.a.)	24.183	24.173	78.846	96.041	77.891	89.787	
Passiva				107,34% do CDI			55.694	55.650	(55.694)	(55.686)	
Risco de Crédito								_	(23)	-	
									22.174	34.101	(6.213)
Ativa	Banco Santander	05/02/16	07/08/17	USD + 5,8111% a.a.	USD 39.070	USD 48.751	129.497	193.187	129.545	194.221	
Passiva	Santanuel	03/02/10	07/00/17	124,80% do CDI	39.070	40.731	160.129	141.040	(160.131)	(146.407)	
Risco de Crédito				124,0070 00 001			100.125	141.040	(304)	-	
									(30.890)	47.814	32.326
	Banco				USD	USD					
Ativa	Santander	09/02/15	09/02/17	USD + 3,2885% a.a.	23.781	23.929	78.246	94.528	77.936	92.802	
Passiva				110,4% do CDI			68.788	66.314	(68.789)	(68.836)	
Risco de Crédito								_	(44)		
									9.103	23.966	(7.003)
					USD	USD					
Ativa	Banco Itaú	09/02/15	09/02/17	USD + 3,2655% a.a.	23.809	23.975	78.296	94.617	78.001	93.077	
Passiva				108,8% do CDI			68.732	66.317	(68.732)	(68.779)	
Risco de Crédito								-	(45) 9.224	24 209	(6.972)
									9.224	24.298	(6.873)
Ativa	Banco Itaú	05/02/16	07/08/17	USD + 3,5650% a.a.	USD 25.533	_	84.037	_	84.392		
Passiva	Danco Itau	03/02/10	01/00/11	124,80% do CDI	20.000	-	106.753	-	(106.753)	-	
Risco de Crédito				.24,0070 00 001			100.700	•	(222)	-	
								-	(22.583)		(7.051)
									(22.505)	-	(1.031)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

						Valores	de Referência				
				Moeda Es	strangeira	Moeda	Local	Valor J	usto	Efeito acumulado 2016	
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	2016	2015	2016	2015	2016	2015	Valor a receber/ recebido - a pagar/pago
Contratos de swa	ıps:										
Ativa	HSBC	09/04/15	09/04/18	USD+1,1765*(Libor 3M + 1,4% a.a.)	USD 43.867	USD 43.837	143.162	175.888	142.543	166.016	
Passiva				107,40% do CDI			144.311	144.610	(144.311)	(144.489)	
Risco de Crédito								_	5	<u>-</u>	
									(1.763)	21.527	(16.582)
Ativa Passiva	Banco Itaú	08/09/16	06/09/19	USD + 5,0400% a.a. 125,00% do CDI	USD 27.808	-	91.834 94.650	-	95.022 (94.650)	-	
								_	372	-	-
Ativa Passiva	ABC	01/09/16	01/03/17	USD + 4,1300% a.a. 120,00% do CDI	USD 6.194	-	20.143 20.024		20.112 (20.024)	- -	
									88	-	(744)
								=	1.550	176.771	(16.190)

g) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio protegidos pelos mesmos e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dálos(ft)	Alto do Dálos	2.2504	(757.829)	(5.658)	(7.072)	(8.487)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	3,2591	759.556	6.995	8.744	10.492
Exposição Líquida					1.337	1.672	2.005
Dívida em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	3.4384	(752)	(4)	(5)	(6)
Swap Ponta Ativa em Euro	Luio(E)	Alla do Edio	3,4304	752	4	5	6
Exposição Líquida				·	-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,63%	176.053	5.714	4.336	2.925
Passivos financeiros							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	13,63%	721.316	26.318	32.480	38.494
Swap – ponta passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	13,63%	669.379	24.668	30.440	36.072
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,50%	414.292	9.972	11.914	13.856
Dívida em Selic	SELIC	Alta da SELIC	13,65%	127.556	4.829	5.812	6.773

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

h) Estimativa a Valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016		2015	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Empréstimos e recebíveis	1.009.933	1.009.933	1.151.560	1.151.560
Contas a receber de clientes e outros Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	1.009.933	1.009.933	1.044.693	1.044.693
Mantidos até o vencimento	419	419	349	349
Títulos e valores mobiliários	419	419	349	349
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	261.816	261.816	504.987	504.987
Caixa e equivalentes de caixa	23.658	23.658	38.968	38.968
Títulos e valores mobiliários	175.634	175.634	279.250	279.250
Swap cambial	62.524	62.524	186.769	186.769
Disponível para venda Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	1.081.698	1.081.698	725.673	725.673
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)	1.001.030	1.001.030	723.073	723.073
Mensurado pelo custo amortizado	2.253.528	2.252.280	1.923.650	1.924.037
Fornecedores	710.682	710.682	695.254	695.254
Empréstimos e financiamentos	1.088.449	1.088.449	1.006.315	1.006.315
Debêntures Valores a compensar da parcela A e	376.106	374.858	222.081	222.468
outros itens financeiros	78.291	78.291	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	820.556	820.556	709.038	709.038
Empréstimos e financiamentos	759.582	759.582	699.040	699.040
Swap cambial	60.974	60.974	9.998	9.998

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já esta refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (*hedge*), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do *swap*.

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados. A Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação:

- Nível 1 Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- Nível 2 Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
				(Reapresentado)
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público (ativo financeiro)	-	-	1.081.698	1.081.698
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	23.658	-	-	23.658
Títulos e valores mobiliários	-	175.634	-	175.634
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Swap cambial	-	62.524	-	62.524
Passivos				
Passivos financeiros				
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e Financiamentos	-	759.582	-	759.582
Outros passivos financeiros				
Swap cambial		60.974		60.974
	23.658	1.058.714	1.081.698	2.164.070

24. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia são como segue:

Vigência	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022
2018 a 2030	2.797.733	2.987.167	3.342.408	3.647.040	3.976.643	47.774.519

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 8 a 30 anos, representam o volume total contratado e a contratar pelo preço corrente no final do exercício de 2016, e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

25. Benefícios pós-emprego e outros benefícios

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano de Benefícios Previdenciários nº 4, na modalidade BD e Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 24.297 (R\$ 22.926 em 31 de dezembro 2015).

As contribuições provisionadas durante o exercício foram as seguintes:

	2016	2015
Custo do Imobilizado em Curso	(2.455)	(2.533)
Despesas Operacionais	(19.317)	(18.285)
Despessas Operacionals	(21.772)	(20.818)

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes. Os valores reconhecidos no passivo estão apresentados da seguinte forma:

_	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	17.521	16.273	104.654	113.322
	17.521	16.273	104.654	113.322
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	120.949	78.965
Desligados PDV	2	8	(15)	23
	2	8	120.934	78.988
_	17.523	16.281	225.588	192.310

Deliberação CVM nº 695 - CPC 33 - Benefícios a empregados

A Deliberação CVM 695/12 de 13 de dezembro de 2012, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 — Benefícios a Empregados determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro. Os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes retrospectivamente.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

O parecer atuarial, emitido por atuário independente, considerando a situação econômicofinanceira dos planos previdenciários mantidos pela CELPOS, em 31 de dezembro de 2016 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº. 695, de 13 de dezembro de 2012.

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2016 e 2015 foram:

	C	D	ВГ)
Planos de benefício / Contribuição	2016	2015	2016	2015
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano Índice estimado de aumento nominal dos	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%
salários Índice estimado de aumento nominal dos	7,08%	7,08%	7,08%	7,08%
benefícios	Não aplicável	Não aplicável	5,5%	5,5%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,5% 0,15 / (tempo	5,5% 0,15 / (tempo	5,5%	5,5%
Taxa de rotatividade esperada	de serviço + 1)	de serviço + 1)	Nula	Nula
Fator de capacidade	0,98 AT-2000	0,98 AT-2000	0,98 AT-2000	0,98 AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade geral Tábua biométrica de mortalidade de	Masculina	Masculina	Masculina AT-83	Masculina AT-83
inválidos	Não aplicável	Não aplicável	masculina	masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Ligth-Fraca	Ligth-Fraca	Ligth-Fraca 100% na data da	Ligth-Fraca 100% na data da
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	aposentadoria normal	aposentadoria normal

Total previsto de pagamentos de benefícios pelo plano:

	Menos de 1	Entre 1-2	Entre 2-5	Mais de 5	
	ano	anos	anos	anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016					
Benefícios de aposentadoria - CD	303	286	870	1.504	2.963
Benefícios de aposentadoria – BD	85.510	84.996	250.451	390.073	811.030

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente, relacionados aos planos previdenciários e assistencial em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
		(Reapresentado)
Valor Reconhecido no Balanço		
Benefícios de previdência - CD	1.411	910
Benefícios de previdência - BD	(243.111)	(208.591)
	(241.700)	(207.681)
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado liquidas de contribuições do empregador revertidas no ano		
Benefícios de previdência - CD	55	38
Benefícios de previdência - BD	(24.259)	(31.949)
	(24.204)	(31.911)
Redimensionamentos atuariais reconhecidos no resultado abrangente		
Benefícios de previdência - CD	80	(980)
Benefícios de previdência - BD	(49.446)	51.026
	(49.366)	50.046

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

_	Plano CD		Plano BD	
<u>-</u>	2016	2015	2016	2015
Custo do Serviço Corrente	(139)	(117)	470	(484)
Custo dos juros líquido de contribuições do empregador revertidas no ano	194	155	(24.729)	(31.465)
Total incluído no resultado	55	38	(24.259)	(31.949)

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido e contribuição definida são, respectivamente, as seguintes:

	CD	BD
Em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	(1.327)	(780.090)
Custo do serviço corrente	(139)	470
Custo dos juros	(159)	(97.585)
Contribuições dos participantes do plano	(32)	(2.390)
Benefício pago pelo plano	-	75.553
Redimensionamento atuarial		
Premissas financeiras	(94)	(88.568)
Experiência do plano	13	(27.679)
Em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	(1.738)	(920.289)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano de benefício definido e do plano de contribuição definida são, respectivamente, as seguintes:

	CD	BD	
Em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	8.034	571.498	
Receita de juros sobre os ativos do plano Redimensionamento atuarial	1.115	72.855	
Contribuições do empregador	366	39.185	
Contribuições de empregados	32	2.390	
Benefícios pagos	-	(75.553)	
Juros sobre valor justo	(317)	66.802	
Em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	9.230	677.177	

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido e contribuição definida são:

	Plano CD	Plano BD	
Custo do serviço corrente	(228)	488	
Custo dos juros	192	(26.166)	
Custo da obrigação (ORA)	6.802	-	
Total incluído no resultado	6.766	(25.678)	

Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar e plano de saúde, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento, que são periodicamente negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 2016, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 38.528 (R\$ 36.884 em 2015).

26. Seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2016 a 08/10/2017	218.593	477
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/2016 a 08/10/2017	147.427	321
Riscos Nomeados - Almoxarifado	08/10/2016 a 08/10/2017	115.000	251
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2016 a 08/10/2017	6.000	787
Veículos	08/10/2016 a 08/10/2017	-	35

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

27. Questões ambientais*

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua Diretriz Integrada de Gestão (Qualidade e Meio Ambiente).

A Companhia capitaliza com parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

Em 2016, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental:

- Rede compacta / Linha verde Uma das ações de grande importância na preservação ambiental é a utilização de redes protegidas. Os cabos elétricos protegidos evitam acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda em árvores e melhorando o desempenho do sistema elétrico.
- Certificação ambiental ISO 14001:2004 Em 2016, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) manteve sua certificação, com base na versão da Norma ABNT NRB ISO 14001: 2004. Os processos que fazem parte do escopo do SGA são: "Serviços administrativos" (no Edifício Sede) e "Geração de energia" (na Usina Tubarão, em Fernando de Noronha).
- Compensação Ambiental A política de reposição florestal da CELPE obedece às normas vigentes, que estabelecem medidas compensatórias quando há necessidade de supressão e vegetação para a instalação de empreendimentos. Em 2016, a distribuidora mantém os projetos de reposição florestal que totalizam com o plantio de aproximadamente 14.000 (catorze mil) mudas plantadas.
- Gestão do Manejo da Vegetação na Região Metropolitana do Recife Em 2016, no intuito de garantir a qualidade no fornecimento de energia elétrica e assegurar os benefícios que a vegetação proporciona aos cidadãos da Região Metropolitana do Recife, a CELPE diagnosticou 23.167 (vinte e três mil cento e sessenta e sete) árvores sob as redes de distribuição de 13,8KV. Foram analisadas as condições fitossanitárias e a necessidade de poda ou erradicação das árvores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

- Gerenciamento de resíduos A CELPE possui uma norma para o Gerenciamento de seus Resíduos, que estabelece as obrigações/ações a serem tomadas para cada tipo de resíduo pela empresa contratada para o destino final. Entre os tratamentos dos resíduos da empresa, podem-se citar a reciclagem do óleo mineral isolante dos transformadores, e rerrefino do óleo lubrificante proveniente da Geração de Energia em Fernando de Noronha. Os resíduos recicláveis da CELPE, Classe I (perigosos) e Classe II (não perigosos), são coletados, transportados e destinados para empresas licenciadas, a fim de atender à legislação vigente.
- Programa de Controle de Queimadas A CELPE em parceria com a CHESF, IBAMA, CPRH, SINDAÇÚCAR e AFCP, promove a campanha de controle às queimadas sob linhas de transmissão de energia nos municípios da Zona da Mata do Estado de Pernambuco. A campanha consiste na educação ambiental para sensibilização da população, dos usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar quanto aos riscos das queimadas não controladas, que afetam as redes de transmissão e distribuição de energia e provocam interferências no fornecimento.
- Inventário das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) Em 2016, com foco no valor sustentabilidade e a busca constante pela melhoria de seus processos lançou o 1º Inventário de GEE documento que contabiliza as emissões atmosféricas referentes às operações da distribuidora ao longo do ano de 2015. O relatório é uma importante ferramenta estratégica para gerir os impactos sobre o clima e identificação de oportunidades para redução de emissões atmosféricas.

Destacamos abaixo os recursos aplicados de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente:

	Ativo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015
Recursos aplicados	365.289	231.668	39.237	15.592

(*) Informações não auditadas.

28. Eventos subsequentes

• 7ª Emissão de debêntures:

Em 31 de janeiro de 2017, a Companhia assinou a escritura da sua 7ª emissão debêntures, com o volume total de até R\$ 590.000, em até duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos com as seguintes principais características:

Primeira Série: (i) volume de até R\$ 500.000; (ii) taxa de 121% do CDI; (iii) prazo de 3 anos a contar da data de emissão; (iv) amortização de principal no vencimento e (v) juros semestrais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

Segunda Série: (i) volume de até R\$ 90.000; (ii) taxa de IPCA 22 + 0,80% a.a.; (iii) prazo de 5 anos a contar da data de emissão; (iv) amortização de principal no vencimento e (v) juros anuais.

Em 2017, a Companhia concluiu a captação da primeira série da sua 7ª emissão de debêntures com um volume de R\$ 503.838.

Resgate antecipado de notas comerciais:

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia realizou o resgate antecipado da totalidade das notas comerciais da primeira emissão no valor de R\$ 102.214, com vencimento original em 14 de junho de 2017, nos termos do disposto nas cártulas de emissão.

Captações em moeda estrangeira:

Em 09 de fevereiro de 2017, a Companhia realizou a rolagem de dívida já existente em moeda estrangeira no valor de USD 23.697, equivalentes a R\$ 74.064, com custo de 3,48% a.a., com *swap* de moeda (USD/R\$) e de juros para 135% do CDI. O contrato será amortizado em parcela única no vencimento, em agosto de 2017.

Nessa mesma data, a Companhia realizou a captação em moeda estrangeira no valor de USD 16.026, equivalentes a R\$ 50.000, com custo de 2,01% a.a., com *swap* de moeda (USD/R\$) e de juros para 121,95% do CDI. O contrato será amortizado em parcela única no vencimento, em agosto de 2017.

• AGO de 10 de abril de 2017

Em 10 de abril de 2017 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ratificou o aumento do capital social no montante de R\$ 73.004, aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 22 de fevereiro de 2017, dentro do limite do capital social autorizado através da captalização de saldo da reserva de incentivo fiscal constituída até 31 de dezembro de 2007.

Reorganização societária

Em 07 de junho de 2017, o BB Banco de Investimento S/A (BB-BI), a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) e a Iberdrola Energia S/A (Iberdrola) acionistas representando a totalidade do capital social da controladora Neoenergia S.A ("Neoenergia"), celebraram acordo de associação para regular a incorporação, pela controladora, da Elektro Holding S.A ("Elektro Holding" e "Operação"), bem como um novo acordo de acionistas que substituirá o acordo de acionistas existente.

A operação será estruturada mediante a incorporação, pela Neoenergia, da Elektro Holding, com consequente aumento do capital social da Neoenergia, na forma do artigo 227 da Lei das Sociedades por ações ("Incorporação"). A operação não resultará em alienação do controle da Neoenergia ou de qualquer uma das controladas, incluindo a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

A consumação da Operação está condicionada à verificação de algumas condições suspensivas usuais nesse tipo de operação, dentre as quais a obtenção da aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Neoenergia S.A. Em 30 de junho de 2017 a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Neoenergia aprovou a incorporação da Elektro Holding S.A. pela Neoenergia e em 04 de julho de 2017 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE se posicionou como favorável a realização da operação.

A participação da Neoenergia na Celpe, quando concluída a operação, permanecerá inalterada.

A empresa Elektro Holding S.A. é uma controlada integral da Iberdrola e mantém operações de distribuição de energia elétrica nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de possuir ativos de geração de energia renovável, através de suas controladas.